

LIVRO DE RESUMOS

20 de Outubro

Luís Santos (CESEM – NOVA FCSH / IN2PAST)

A música sinfónica e a luta política em Lisboa na década de 1910

No rescaldo do 5 de Outubro de 1910, várias foram as instituições da vida cultural lisboeta que experimentaram o impacto do processo revolucionário. O Teatro de São Carlos, histórico baluarte monárquico, de imediato se viu envolvido numa situação de impasse ditada por vários factores, não pouco pelas divergências entre diferentes facções do regime relativamente à sua função. Em sentido contrário, o recém-designado Teatro da República evidenciou desde logo um novo fôlego na sua actividade, a que não terá sido alheia a aproximação mútua entre a respectiva empresa e uma determinada ala republicana. Foi no seu âmbito que, em finais de 1911, foi lançada a Orquestra Sinfónica Portuguesa, um agrupamento que se destaca na história cultural portuguesa como a primeira orquestra permanente de concertos públicos bem-sucedida, cuja actividade se manteria com regularidade até à sua dissolução em 1928. Entretanto, ainda em finais de 1913 era fundado o Teatro Politeama, cuja actividade parece desde o início ter contado com o apoio de uma área política alargada oposta à anterior. O novo espaço incluía igualmente a iniciativa de uma orquestra sinfónica, que aí se apresentou regularmente em concertos públicos até 1925, tendo dado origem a um interessante fenómeno de concorrência empresarial em que não deixava de se observar também uma importante dimensão de controvérsia política.

Conquanto se careça ainda de um olhar global sobre a actividade desenvolvida por estes (e outros) teatros lisboetas da época, um exame preliminar da sua programação teatral, musico-teatral e sinfónica sugere que terão estado envolvidos na luta pela dominação simbólica em curso e que nela terão desempenhado um papel que importa conhecer. É precisamente esta questão que a presente comunicação se propõe abordar, focando-se na análise da programação praticada pelas orquestras do República e do Politeama durante a década de 1910 e dando ênfase em particular à sua relação metafórica com o turbulento contexto político em que esses empreendimentos se enquadravam, no sentido de averiguar em que medida esta actividade sinfónica serviu a legitimação e a crítica de determinadas posições politico-ideológicas.

Nota biográfica:

Luís M. Santos é doutorando em Ciências Musicais Históricas na NOVA FCSH, tendo usufruído de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela FCT. A sua dissertação, orientada por Paulo Ferreira de Castro, debruça-se sobre a música sinfónica em Lisboa no período entre 1910 e 1933. Realizou o Curso de Piano no Conservatório Nacional (2006), e na NOVA FCSH obteve a Licenciatura em Ciências Musicais (2007), bem como o Mestrado em Musicologia Histórica (2010). Desde 2007, é investigador Colaborador do CESEM (NOVA FCSH), no âmbito do qual foi Bolseiro de Investigação (2007-2010), integrando actualmente o Grupo de Investigação em Teoria Crítica e Comunicação. Foi distinguido com o Prémio Joaquim de Vasconcelos 2016 pela SPIM. Colabora regularmente, desde 2010, com a Casa da Música, o Teatro Nacional de S. Carlos e a Fundação Calouste Gulbenkian na redacção de textos musicológicos. Desde 2013, tem colaborado também enquanto docente convidado com o Departamento de Ciências Musicais da NOVA FCSH.

João Ricardo Pinto (INET-md – NOVA FCSH)

Novo contexto, nova história: ideologia e televisão

Ao longo do séc. XX Portugal viveu dois momentos ditatoriais, que ocuparam cerca de metade deste período: a ditadura militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974). Pelas profundas marcas que deixou